ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI N. 47/2015, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2016, EM ATENDIMENTO AO ART. 48, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/2000), REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2015

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e quinze, no Plenário da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se, às quatorze horas, o Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro), o Sr. Walter Aparecido de Faria, Secretário Adjunto, representando o Sr. Antonio Carlos Lopes Granado, Secretário de Finanças da Prefeitura de Santo André, e o Sr. Alberto Alves de Souza, Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de Santo André, para realização de Audiência Pública a fim de debater o Projeto de Lei n. 47/2015, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Proposta Orçamentária do Município de Santo André para o exercício de 2016, em atendimento ao art. 48, parágrafo único, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101/2000). O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) dá início à audiência pública. Agradece a presença de todos – secretários municipais e funcionários da Casa que têm fundamental importância na audiência. Reforça que será tratado um assunto importante, que é a Lei Orçamentária Anual, franqueando a palavra aos secretários e, após, aos vereadores e público presente que desejarem fazer algum questionamento. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, recebe a palavra e inicia cumprimentando ao Presidente e agradece a oportunidade de apresentar, de forma resumida, o Orçamento de 2016. Registra que o Prefeito Carlos Grana está fazendo grande esforço, no sentido de conseguir atender às demandas da cidade e as postuladas pelos vereadores, através de emendas. Registra a presença de sua equipe. Apresenta em PowerPoint números globais do Orçamento 2016, sendo que o primeiro quadro é um resumo do Orçamento para 2016, de toda receita que está na Peça Orçamentária, Administração Direta e Indireta. Ressalta que colocaram o que vai ser o Orçamento de 2016 e um comparativo com o de 2015. Administração Direta se divide em Receitas Próprias – recursos que a Prefeitura arrecada diretamente através das suas taxas e impostos – e está sendo orçamento, para 2016, R$1,522 bilhão (previstos), contra 2015, que foi R$1,322 bilhão. De Receita Externa – que compõe a Administração Direta – R$1,036 bilhão, contra 2015, R$1,150 bilhão. Ou seja, na Administração Direta, em relação a 2015, há um crescimento de 3%. Registra que o total orçamentário – Administração Direta e Indireta – a previsão é de R$3,386 bilhões, para 2016, sendo que, em 2015, a previsão foi de R$3,179 bilhões, portanto, há um crescimento de 7%. Na Administração Indireta – composta pelo Instituto de Previdência, Semasa, Funerária e Faisa – no Instituto previsão de R$257 milhões (em 2015, R$238 milhões), no Semasa previsão de R$ 558

milhões (em 2015, R$457 milhões), na Funerária, R$12 milhões (em 2015, R$11 milhões), na Faisa, uma diminuição para R$100 mil (em 2015, R$210 mil), ou seja, em torno de 17% de diferença. Nas empresas – SATrans previsão de R$8,300 bilhões (em 2015, R$4,290 bilhões), Emhap R$2,690 milhões (em 2015, R$2,470 milhões), Craisa diminuição para R$63 milhões (em 2015, R$79 milhões), sendo que aqui a redução se dá em virtude de terem parado de fornecer a merenda do Governo do Estado. Da Administração Direta, fala como se compõe a receita. Na primeira coluna, os itens e especificação de cada receita, que se divide em receita própria, receita externa, e traz coluna de 2016 (previsão de arrecadação) e 2015 (quanto foi arrecadado). Na receita tributária: IPTU, ISS, ITBI e taxas, previsão de arrecadação de R$763 milhões, sendo R$50 milhões a mais que em 2015, por conta de um recadastramento havido do IPTU, o que não é aumento, mas imóveis que ampliaram sua área e não haviam cadastrado junto à Prefeitura, além de aumento de ISS com a Nota Andreense, melhorando a arrecadação da Prefeitura da cidade. Receita de contribuições – previsão R$51 milhões, em 2016, contra R$49 milhões, em 2015, que é contribuição para iluminação pública; receita patrimonial (alugueis e rendimentos) R$28 milhões, em 2016, contra R$26 milhões, em 2015. Receita de serviços (cópias e venda de editais) R$1 milhão, mantendo o valor de 2015. Transferências correntes também se mantêm (Fundo de Participação do Município, ICMS, IPVA, IPI, transferência de convênios federais e estaduais) previsão de R$1,015 bilhão, entre recursos próprios e externos, sendo que, em 2015, foi R$1,013 bilhão. Outras receitas correntes (multas, juros, dívidas e receitas de fundos) R$163 milhões, sendo que, em 2015, foram R$155 milhões. **REGISTRADA** a presença do Vereador José Montoro Filho (José Montoro Filho – Montorinho) e Vereador Evilasio Santana Santos (Bahia). O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) solicita seja providenciada cópia para os vereadores. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, prossegue com a exposição. Cita que em Operações de crédito, a previsão é de R$157 milhões, sendo que, em 2015, foram R$204 milhões, e a diminuição é vinculada à diminuição de projetos na área de habitação. Alienação de bens (venda de bens móveis e imóveis) – previsão de R$91 milhões, sendo que, em 2015, estavam previstos R$12 milhões. Lembra que há na Casa projeto de lei propondo a venda do terreno do Instituto, cujos recursos seriam investimento para o próprio Instituto, assim como edital para venda de terreno na Rua Procópio Ferreira, que entrou como dação de pagamento, cuja licitação está sendo este ano, e também previsão de outras áreas que não têm fim destinado, áreas pequenas remanescentes de desapropriação e a Prefeitura pretende transformar em recursos a serem investidos em serviços, educação e saúde. Salienta que o Orçamento é uma previsão. Que no caso de venda de áreas existe a intenção de vender, mas isso demanda tempo, inclusive em virtude da questão econômica por que passa o país, então, é um esforço do Governo de tentar trazer receitas extraordinárias para melhora os investimentos na saúde, educação, esporte e lazer. Outras Receitas de Capital: Receitas de Fundo da Habitação e Desenvolvimento Urbano – previsão de R$29 milhões.

Transferência de capital, convênios federais e estaduais para obras e equipamentos R$382 milhões (em 2015, R$394 milhões). Dedução das receitas (retenção do Fundeb feito nos impostos de IPI, ICMS, IPVA) previsão de R$123 milhões, sendo que, em 2015, foram R$121 milhões. Total de receitas da Administração Direta: R$2,558 bilhões, sendo que, em 2015, foram R$2,472 bilhões. A seguir, passa para o campo da Despesa. Fala da Despesa Orçamentária da Administração Direta. Especificação – Grupo de Despesa – Recursos Próprios e Recursos Externos, previsão para 2016 e o que está colocado para 2015. Despesas Correntes – Pessoal e Encargos: previsão, para 2016, de R$854 milhões, sendo que, em 2015, foram R$782 milhões, e o aumento é justificado pelo reajuste de pessoal que está previsto, pelo aumento aos arquitetos, engenheiros e fiscais de tributos e ampliação de pessoal na área da educação. Juros e encargos da dívida mantêm-se praticamente igual R$6 milhões, em 2015, e a previsão é de R$5 milhões, em 2016. Outras despesas correntes: R$1,664 bilhão, crescimento advindo de aumento de investimento na saúde e na educação. Despesas de capital totalizam, em 2016, R$632 milhões, sendo que em 2015, R$758 milhões. Investimentos, em 2016, R$623 milhões, sendo que, em 2015, foram R$752 milhões. Desses investimentos, há previsão de alguns projetos com o Governo Federal que não se confirmaram e convênios já confirmados, como creches e ETA. Dentre os que não se confirmaram, cita reforma de vários ginásios, além de diminuição no financiamento junto ao BID – cuja lei autorizando foi aprovada nesta Casa, para investimento na área de mobilidade urbana, porém, haverá uma redução, em função do aumento do dólar. Amortização da dívida, em 2016, R$9 milhões, em 2015, R$6 milhões. Reserva de contingência, em 2016, R$3 milhões. Despesa da Administração Direta, em 2016, R$2,558 bilhões, contra R$2,472, em 2015. Despesa por fonte da Administração Direta. Tesouro – previsão de arrecadação, em 2016, R$1,522 bilhão, sendo que, em 2015, a previsão é de R$1,322 bilhão, portanto, há um crescimento de 15%, o qual se justifica pela previsão de venda de áreas, cujo valor estimado é de R$90 milhões, mais R$30 milhões de IPTU, em virtude de recadastramento de imóveis que ampliaram suas áreas, e também aumento de ISS. Transferências e convênios estaduais – R$232 milhões, em 2016, sendo que, em 2015, foram R$233 milhões. Recursos de fundos – de iluminação, trânsito, desenvolvimento urbano e habitação – R$148 milhões, sendo que, em 2015, foram R$138 milhões, acréscimo de 7%. Transferência do Governo Federal – R$522 milhões, em 2016, sendo que a previsão, para 2015, era de R$600 milhões, agora, 13% menos, cuja redução é na área de esportes e habitação. Outras fontes de recursos: R$4 milhões, em 2016. Operação de crédito, previstos R$130 milhões, ao passo que, em 2015, eram R$ 176 milhões. Assim como no BID, farão redução da proposta de financiamento junto ao BID. Mostra um quadro que dá noção geral do Orçamento, porque o Orçamento é vinculações, no caso da Secretaria da Saúde, mais aquilo que é obrigatório. A previsão de arrecadação, para 2016, considerando recursos próprios, é de R$1,522 bilhão, que se divide da seguinte forma: R$234 milhões para a educação (25%), R$370 milhões para a saúde (muito acima do obrigatório, que seriam 15%), folha de pagamento R$463

milhões, tudo isso perfazendo praticamente 70% do Orçamento, pensando em receitas próprias, sobrando, para as outras áreas 26% para custeio e 4% para investimento, ou seja, R$455 milhões para todo o restante que a Prefeitura tem de aplicar. Agora, as despesas municipais, considerando recursos próprios e externos, educação passa para R$446 milhões, saúde – R$560 milhões, folha de pagamento – R$463 milhões, o que dá aproximadamente 57% do Orçamento, e todas as outras áreas – pensando recursos próprios e externos – ficam com 43%, sendo 22% para o custeio da máquina e 21% para investimento. Fala que o Prefeito Carlos Grana está mantendo o compromisso que tem com esta Casa, desde 2013, de manutenção de recursos para as emendas dos vereadores, para 2016. Por isso, informa aos técnicos da Edilidade que no Orçamento consta dotação, a natureza da despesa e o valor de R$6,300 milhões, e, para fazer emenda, anula dessa dotação e dessa natureza de despesa, para fazer suplementação na emenda que os vereadores pretendem. Ou seja, do valor acordado de R$300 mil, R$90 mil para investimento em obras e R$210 mil para as entidades, conforme acordo informal feito em 2014. O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) fala que são R$120 mil para obras e R$180 mil para as entidades. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, por último, fala que fizeram Orçamento Participativo para 2015 e 2016. Referente a 2015, foram entregues várias obras, citando o corredor do Adriático, entregue no sábado, que era obra do OP, um mês atrás foi entregue o Centro de Formação Profissional Waldemar Mattei, foi entregue também o Centro de Especialidades III na Vila Vitória, conjuntos habitacionais. Finaliza registrando que o que ficou para ser entregue, em 2016, tem recurso previsto no Orçamento de 2016 para atendimento da demanda aprovada no Conselho Municipal do Orçamento. **REGISTRADA** a presença do Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) e do Vereador Ivanildo Pereira Lôbo (Sargento Lôbo). O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) ressalta que o Governo mantém o compromisso quanto às emendas dos vereadores. Na sequência, abre a palavra aos interessados em utilizá-la. O Vereador Ivanildo Pereira Lôbo (Sargento Lôbo) inicia cumprimentando a todos e fala que tem algumas dúvidas quanto ao Orçamento, principalmente na questão da emenda parlamentar, que o município permite a cada vereador destinar R$300 mil para obras e subvenções. Lembra que destinou, em 2013 para 2014, R$ 90 mil à Secretaria de Obras para desenvolver alguns serviços na cidade. Em 2015, destinou R$120 mil para a mesma Secretaria. Registra que 80% dos serviços solicitados correspondem à colocação de lombofaixas. Fala que em nenhum ano obteve êxito em suas solicitações. Sugere seja feito um requerimento pelos vereadores de extrato de onde foram aplicados os recursos e se foram feitos os serviços. Fala que, em 2015, tiveram o problema da subvenção e a Câmara recentemente colaborou, antecipando a devolução para a Prefeitura, cujos recursos foram repassados às instituições, no dia 21 de outubro. Ocorre que as instituições foram informadas por uma funcionária da Secretaria de Governo que o que vai valer é o que estava provisionado – agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro e, com isso a instituição tem uma perda, porque não tem como justificar os

meses que não recebeu, por isso, as instituições pleiteiam retificação do planejamento, uma vez que só receberam no dia 21 de outubro. Pede ao secretário que envie as informações de onde foram atendidos seus pedidos referentes aos R$90 mil, em 2014, e os R$120 mil, em 2015, destinados a obras. Por ser profissional da área da segurança, defende a importância das lombofaixas, em especial próximo a escolas e creches, que tem grande movimento de pessoas. Pergunta também se vai haver possibilidade de as instituições se adequarem, porque fizeram o planejamento, o dinheiro não entrou e entraria parte do dinheiro como natimorto, entende que se não entrou, não tem como justificar o planejamento. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, concorda com o Vereador Lôbo de que tem de haver retorno da Secretaria de Obras e da Prefeitura sobre onde e como foi utilizado o recurso indicado para obras. Lembra que esteve nesta Casa no primeiro semestre com sua equipe, oportunidade em que trouxeram uma planilha detalhando as obras que tinham sido feitas e as que ainda seriam feitas, pois dependiam de licitação, e foi apresentado um cronograma. Sugere seja solicitado um extrato à Secretaria das emendas. Outra sugestão seria voltar a esta Casa com a planilha e o Secretário Carlão ou o Sr. Ricardo, secretário adjunto, para esclarecer as emendas indicadas para obras. Quanto à subvenção, fala que tiveram problema de fluxo de caixa, o que foi ruim para as entidades. Comenta que as entidades apresentaram um plano de trabalho, em julho, a ser implementado a partir de agosto. Entende que, pela lógica, como receberam em outubro, o que estava previsto para agosto e setembro seria perdido, porém, pensa ser possível a retificação do planejamento da entidade e sugere que as entidades conversem com a Secretaria de Governo para ver se não existe impedimento legal para execução em novembro e dezembro, ainda no exercício de 2015. O Vereador Evilasio Santana Santos (Bahia) inicia cumprimentando a todos. Registra que o problema apresentado pelo Vereador Lôbo é comum a todos os vereadores, pois tem emendas desde 2013. Entende ser necessário trazer o novo secretário de obras, Sr. Carlão, uma vez que considera que o secretário anterior não tinha interesse em ajudar a cidade e não fez o que deveria ter feito, em três anos. Fala que gostaria de tratar com o Secretário Alberto e o Secretário Carlão, o mais rapidamente possível, nesta Casa, antes do recesso, pois só teve uma única emenda atendida, no valor de R$20 mil, e a maioria dos vereadores está com suas emendas atrasadas. Espera que o assunto seja resolvido até final de novembro. **REGISTRADA** a presença do Vereador José Francisco de Araujo (José de Araujo). O Vereador José Montoro Filho (José Montoro Filho – Montorinho) também cumprimenta a todos. Entende que é preciso passar a limpo todas as emendas e sugere seja marcado um dia para todos tenham conhecimento. Fala que não viu nada no Orçamento sobre remissão de débitos e indaga se não tem rubrica de remissão. Exemplifica citando que há alguns núcleos de habitação com dívidas de IPTU, impagáveis. Indaga se tem a rubrica de remissão e se virá para esta Casa algum projeto de lei tratando do assunto de remissão de alguns núcleos. Registra ter entendido que 21% seriam de investimento para o ano que vem, considera louvável esse número,

inclusive diante da crise financeira, e indaga se está correto o entendimento de 21% de investimento para o próximo ano. Lembra que no mandato do atual prefeito teve dois Recrefs e que o prefeito também se comprometeu a enviar um projeto de Recref do Semasa, a fim de criar mecanismos para quem tem intenção de quitar suas dívidas junto ao Semasa. Cita a questão da represa e seu volume morto. Indaga qual o volume morto da dívida aqui. O Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) também saúda a todos. Sobre a parte que destina recursos às secretarias, percebeu que existem secretarias que o Governo anunciou que seriam extintas, citando, como exemplo, a Secretaria de Cultura que seria anexada à de Esportes, assim como a de Trabalho e Renda, dentre outras, porém, constam ainda no Orçamento, em que pese o Prefeito ter anunciado na imprensa que essas secretarias deixariam de existir. Indaga se o Prefeito recuou no seu posicionamento com relação à redução de secretarias e vai mantê-las, pois as secretarias constam do Orçamento. Continuando, lembra que no ano passado fez vários questionamentos com relação ao valor destinado ao Consórcio Intermunicipal, que é maior a cada ano, em torno de 500% de 2013 para 2014, sob a alegação de grupos de trabalho que seriam desenvolvidos para captação de recursos federais, mas, infelizmente, o Consórcio não conseguiu dar resposta justificando a quantia elevada. Ressalta que o valor reajustado para R$5 milhões está sendo mantido, sem perspectiva de que no ano que vem o Consórcio consiga fazer a captação de recursos. Entende que diante das dificuldades por que passa o Município esse valor de R$5 milhões poderia ser mais bem utilizado e o repasse ao Consórcio poderia ser menor. Alerta para o prazo de 03 de novembro para apresentar as propostas para repasses de emenda dos vereadores. Sugere seja estudada a possibilidade de prorrogar o prazo de repasse, uma vez que o diálogo com as entidades está se iniciando e considera o prazo de apresentação exíguo. O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) fala sobre a questão da emenda impositiva de até 1,2% do líquido, ressaltando que a obrigatoriedade do acatamento das emendas pelo Executivo atinge os municípios, apresentando um valor diferente da proposta do Governo Municipal. Comenta que há na Casa o entendimento de que os R$300 mil oferecidos pelo Governo não fique atrelado a obras, cabendo ao vereador escolher quanto e para onde destinar os recursos. Além disso, as emendas impositivas preveem 1,2% do líquido, o que daria R$22 milhões, ou seja, emenda de pouco mais de R$1 milhão para cada vereador. Solicita que esses dois pontos sejam discutidos. O Vereador José Francisco de Araujo (José de Araujo), sobre a questão levantada pelo Vereador Lôbo quanto às entidades que receberam emendas, esclarece que foi feito plano de trabalho para utilizar o dinheiro, em julho, prevendo a utilização em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Ressalta que nos planos de trabalho que existe pagamento de salário de mão de obra terá de ser feita readequação, porque não pode pagar salário retroativo de agosto e setembro. Assevera que isso não significa que perderá o dinheiro, pois receberá o valor integral e readequará a utilização do dinheiro da mão de obra dos meses de agosto e setembro. Para isso, a entidade terá de fazer um ofício à Secretaria de Governo explicando a readequação, o

mais rapidamente possível. Já as entidades que fizeram plano de trabalho para gasto em manutenção e material de consumo não precisam fazer essa adequação. Sugere que o valor que seria pago em salário nos meses de agosto e setembro seja transferido para material de consumo para a manutenção do prédio. O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) pede ao Secretário Alberto que fale sobre a força-tarefa a fim de orientar as entidades. Considera que a utilização do dinheiro está muito restrita para as entidades. Indaga se é possível ampliar essa utilização. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, sobre o último ponto levantado, considera que o Vereador Araujo antecipou o que seria conversado sobre a readequação do plano, deixando claro que o que é material de consumo ou manutenção não necessita de readequação, já o pagamento de salário retroativo não é possível. Compromete-se a enviar e-mail a todas as entidades orientando sobre como proceder. Com relação ao que pode ou não, deixa claro que não é mais possível mudar, pois as entidades foram orientadas antecipadamente. Conclama todas as entidades a serem criativas, dentro da lei, na utilização dos recursos. Ressalta que responderão à questão do Orçamento, remissão de débitos e volume morto da dívida ativa. Lembra que na última tela da apresentação constavam 21% para investimento de recursos próprios e recursos externos. Cita como exemplo as 10 creches do Pró-Infância já cadastradas e conveniadas com o Governo, sendo que quatro delas já tiveram início de obras e requerem investimento, as UPAs também são investimento, assim como o Hospital da Vila Luzita e o Centro de Reabilitação no Campestre, investimentos que serão realizados pela Prefeitura no próximo ano, mas que, fundamentalmente, são recursos do Governo Federal e contrapartida da Prefeitura. Sobre o Recref do Semasa não pode se manifestar, no momento, mas sabe que a discussão está colocada no Governo, mas não pode precisar o momento que acontecerá. Quanto à questão levantada pelo Vereador Cicote de extinção de Secretarias, esclarece que montaram a peça orçamentária, após discussão interna no Governo, em 1º de agosto, e depois disso é que o Prefeito Carlos Grana começou a pensar uma possível reforma administrativa e a peça já estava pronta. Por isso, optaram por mandar o projeto como estava, porém, a Secretaria de Trabalho, Renda e Economia Solidária se juntou à Secretaria de Direitos Humanos e Cultura de Paz. Então, no início do próximo ano será enviado projeto de lei a esta Casa fazendo readequação no Orçamento e caso tenha havido a junção de outras secretarias, será apresentado posteriormente. Com relação ao Consórcio, fala que houve aumento para 2014 e 2015, 0,5% da receita corrente líquida, considerando apenas recursos próprios, por isso o valor apontado, o que foi aprovado na assembleia dos sete prefeitos que têm autonomia para definir o orçamento do Consórcio, a partir de um plano apresentado de reestruturação do Consórcio (que fez concurso público para contratação de técnicos), há previsão de reestruturação da sede que se tornou pequena e, principalmente, o Consórcio está responsável pela licitação e acompanhamento dos projetos em nível regional, principalmente os de mobilidade, junto ao Governo Federal, cabendo ao Consórcio o pagamento da elaboração do projeto, como, por exemplo, projeto de

mobilidade urbana regional. Ressalta ações que o Consórcio vem desenvolvendo na região, como “Travessia Segura”, remoção de famílias, elaboração do plano de resíduos sólidos, dentre outros, cuja concretização dos trabalhos muitas vezes não é vista, mas a reestruturação é fundamentalmente trabalho de elaboração de projetos e, para isso, é preciso ter equipe técnica e recursos. Fala que o orçamento do Consórcio é público, cuja planilha já foi enviada ao Executivo com o valor correspondente de cada Prefeitura. Registra que foi feita revisão pela assembleia dos prefeitos, o que diminuiu o valor substancialmente, passando de mais de R$7 milhões para pouco mais de R$5 milhões. O Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) lembra que o argumento utilizado, na época, foi de que, este ano, a cidade receberia grandes aportes do Governo Federal e era necessário ter essas equipes, porém, essas equipes já existiam, mesmo quando o valor era menor. Ressalta que os outros projetos têm sido objeto de dúvida nas outras Câmaras Municipais, pois, na “Travessia Segura” gastaram R$10 milhões, o que tem sido questionado pelos vereadores. Entende que o Consórcio acaba sendo uma entidade autônoma e que os prefeitos têm autonomia de decisão, mas às Câmaras Municipais também cabe aprovar ou não o orçamento, justamente questionando o repasse. Deixa claro que não viram contrapartida do Consórcio com relação ao tamanho da dotação repassada a eles. Questiona a manutenção do aporte financeiro de R$ 5 milhões, em especial para este Município que passa por dificuldades financeiras, tendo de vender terrenos e patrimônio. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, entende que a Câmara está correta em fazer os questionamentos. Reforça que tinha uma equipe, que foi ampliada, inclusive por concurso público, e que o argumento do presidente do Consórcio era que as obras em execução aumentariam ISS, gerariam renda, porém, ainda estão em fase de elaboração de projetos e o recurso do Governo Federal vem depois que você tem o projeto licitado. Admite atraso na elaboração do projeto, mas justifica que isso é em virtude de a obra ser muito grande e o processo de elaboração do projeto ser complexo, porque implica pesquisa, estudo *in loco* e exercícios para concluir o projeto, e, neste momento, os recursos visam à elaboração dos projetos. Acredita que dentro de dois anos verão resultados mais concretos. Sobre a questão da emenda impositiva, colocada pelo Presidente Ronaldo, fala que, na verdade, o Congresso Nacional aprovou e promulgou, em março de 2015, a emenda positiva já com efeito para 2014, que prevê que para as emendas seriam destinados 1,2% da receita corrente líquida e, do valor das emendas dos deputados, 50% têm de ser obrigatoriamente investidos na saúde e 50% a critério dos deputados e que, por ser impositiva, o Governo Federal tem de cumpri-las. Entende que se isso fosse aplicado neste Município o valor seria em torno de R$22 milhões, sendo R$11 milhões para a saúde, obrigatoriamente, e R$11 milhões para a indicação que os vereadores fizessem – subvenção ou obras, o que, hoje, é de R$6,300 milhões. Fala que alguns juristas entendem que ao aprovar no Congresso Nacional automaticamente valeria para as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, mas, na verdade, isso está em debate, mas não tem uma discussão aprofundada sobre esse

tema, o que precisa ser amadurecido e entendido sobre como aplicar, pois a maioria dos municípios tem seu orçamento comprometido em verbas vinculadas e pagamentos obrigatórios e muitos municípios não têm condições de acatar. Futuramente verão o encaminhamento que será dado ao conjunto de estados e municípios. Quanto às emendas dos vereadores, informalmente indicaram o mínimo de 40% para obras, mas se os vereadores desejarem indicar mais do que isso para obras poderão fazê-lo. O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) lembra que na época do antigo secretário o valor foi mudado. Quanto às emendas impositivas, registra que o Tribunal de Contas lançou comunicado oficial e enviou a todas as Câmaras, por ter esse entendimento acerca da emenda impositiva. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, entende que para que isso entre em prática precisa haver regulamentação do processo para que os estados e municípios também trabalhem dessa forma e como farão os que não conseguirem. Fala não ter dúvida de que no âmbito federal isso já esteja colocado, inclusive para o Orçamento de 2014. Sugere seja feito debate a respeito, para o Orçamento de 2016. O Sr. Walter Faria, Secretário Adjunto de Finanças da Prefeitura de Santo André, inicia cumprimentando a todos. Com relação à remissão de débitos, ressalta que fará uma fala técnica, sem entrar no mérito sobre sua validade ou importância. Registra que a remissão de débitos está regulamentada pelo art. 14 da LRF e fala que isso é renúncia de receita e, como tal, é preciso haver ou compensação dessa renúncia, através do aumento definitivo da alíquota de impostos ou a demonstração de que ela não irá afetar as metas fiscais estabelecidas no Orçamento, sendo que as duas formas são complicadas de serem colocadas em operação, pois sempre é difícil falar em aumento de imposto e a questão de metas fiscais, com a queda de arrecadação expressiva, estão sendo obrigados a fazer severos contingenciamentos para não afetar as metas fiscais. Isso tudo torna a remissão de débitos difícil e requer análise criteriosa e séria para não haver prejuízo ao município. Sobre a parte podre da dívida ativa, fala que está em torno de R$1,200 bilhão, sendo que R$300 a R$350 milhões podem ser aproveitados, ao passo que o restante é de difícil realização, porque são créditos oriundos, por exemplo, da rede ferroviária federal que depois virou Dnit e os créditos lançados anteriormente foram suspensos, porque virou empresa estatal, e precisa ser cancelado, dentre outras empresas que estão em massa falida, ou seja, dívida de difícil recuperação. Ressalta que o Recref visa a recuperar boa parte dessa dívida. O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) indaga se alguém deseja se manifestar. (Manifestação fora do microfone.) O Sr. Walter Faria, Secretário Adjunto de Finanças da Prefeitura de Santo André, fala que a questão levantada pelo munícipe diz respeito aos terrenos lindeiros, matéria afeta à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sabe que se a pessoa tiver um terreno de até 125m² vizinho de área pública, caso haja interesse poderá comprar a área, sem licitação. Sobre as demais áreas, áreas grandes, ociosas, sem utilização e que a Prefeitura queira vender, dependem de licitação e, para isso, é preciso publicar edital, dando prazo aos interessados em apresentar proposta e a melhor proposta poderá fazer

a compra. Fala que existe controvérsia nessa questão de venda dos terrenos, pois muitos acham que o município está se descapitalizando, porém, cita regra de ouro em contabilidade pública que diz que toda venda de terreno é receita de capital e esse dinheiro só pode ser utilizado como uma despesa de capital, exatamente para prevenir que o município venda áreas e gaste de qualquer forma o dinheiro, por isso o dinheiro tem de ser usado em outro investimento ou na capitalização dos institutos de previdência, mas não pode ser um gasto de custeio, para que não haja dilapidação de patrimônio público. O Vereador José Francisco de Araujo (José de Araujo) esclarece que o projeto para a venda dos terrenos está pronto e deve ser encaminhado para esta Casa na próxima semana, com a relação dos terrenos disponíveis para fazer a licitação, para submeter à análise dos vereadores que irão avaliar e, se for o caso, aprovar. **REGISTRADA** a presença do Vereador Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira). O Presidente Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro) agradece a presença de todos. Às quinze horas e trinta minutos, é encerrada a audiência pública, da qual foi lavrada a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo presidente da Câmara, presidente da Comissão de Finanças e secretários municipais.

RONALDO DE CASTRO (RONALDO DE CASTRO)
Presidente

ANTONIO DE JESUS BARBOSA (TONINHO DE JESUS)
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

ALBERTO ALVES DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo da PMSA

WALTER FARIA
Secretário Adjunto de Finanças da PMSA